POLÍTICAS TECNOLÓGICAS IMPULSIONAM POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Maria Abádia da Silva[1]
Universidade de Brasília – UnB
abadia@unb.br

Resumo

O presente texto problematiza visões teóricas sobre a sociedade do conhecimento no contexto de intensificação do uso das tecnologias e, em seguida, sublinha como contingências históricas e políticos vem produzindo um outro reordenamento político entre os países com alterações significativas nas decisões de políticas de tecnologia e de políticas para educação pública brasileira. À luz de registros em documentos oficiais acordos, protocolos, conferências e tratados das agências e instituições multilaterais aponta como política de tecnologia global incide sobre a política para educação básica, com a ressalva de que toda política pública resulta das contradições, conflitos e disputas entre gestores supranacionais, estatais, empresariais e sujeitos da sociedade civil organizada.

Palavras-chave: Políticas de educação básica, Instituições multilaterais e Educação pública.

Introdução

Desde o fim da 2ª. Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos e as instituições supranacionais imprimem políticas públicas potencializadas pelo avanço científico e tecnológico (MARTTELART, 2001) de modo a aglutinar interesses, firmar acordos e protocolos, em que preceituam políticas de âmbito internacional, que são, depois, traduzidas como se fossem políticas originárias de cada país. Esta situação de interdependência das políticas tecnológicas, econômicas, ambientais e agrícolas, cada vez mais, coloca os governos nacionais em consonância com os objetivos e propósitos dos conglomerados econômicos que exigem condições seguras para a circulação de suas fortunas. E deste modo, por onde passam, arrastam para si parte da riqueza produtiva, ambiental e cultural dos países. Neste movimento, desde os últimos decênios do século vinte, as políticas públicas sociais dos governos nacionais, estão cada vez mais interconectadas com tratados, protocolos e acordos políticos e econômicos das instituições multilaterais. Os planos, projetos e alianças para governar são exigências dos partidos políticos dos países e, são também, dos grupos financeiros que junto com

[1] Este artigo integra parte do Estágio Pós-Doutoral realizado em Salamanca-Espanha em 2011 na Universidad de Salamanca - USAL- Facultad de Educación no Departamento de Teoría e História de la Educación, intitulado *Política Educacional no marco do Espaço Europeu de Educação Superior- EEES* sob a supervisão do professor Catedrático Dr. Leoncio Vegas Gil, viabilizado com Bolsa Capes Estágio Sênior no Exterior.

os banqueiros e investidores sinalizam, via agências especializadas, os riscos previstos do país em decorrência dos apoios e alianças políticas recebidas nos pleitos eleitorais.

Deste modo, no período entre 1980 e 1999 acelerou na geopolítica internacional um movimento de realinhamento dos governos dos países desenvolvidos cujo objetivo era assegurar e potencializar o controle sobre as formas de apropriação e acumulação de riquezas para o capital. E desta forma agruparam-se e articularam-se em torno de instituições supranacionais, estabelecendo tratados, protocolos, acordos e programas que pusessem em marcha premissas econômicas mais rígidas, estendidas também para as decisões de políticas sociais. O que estava em jogo, na década de noventa, era adotar medidas para estancar os ciclos de crises do capital e instituir uma *modernización conservadora*, com sofisticados mecanismos e medidas de controle da gestão pública, em especial as políticas de educação básica e superior. Neste sentido, ao analisar essas crises, dizia Crozier (2005, p. 141) "a experiência da maioria das revoluções é bastante clara: se não forem guiadas, as crises são cegas; elas trazem primeiro, o caos, e em seguida, a opressão, e não evoluem com facilidade para uma nova fase de racionalidade".

Assim, no contexto internacional os governos neoconservadores: Margareth Thatcher (1979-1990) e John Mayor (1990-1997) na Inglaterra; Ronald Reagan (1981-1989); George W. Busch (1989-1993) e Bill Clinton (1993-2001), nos Estados Unidos; e Helmut Kohl (1982-1998), na Alemanha, assumiram o comando dispostos a conduzir políticas para racionalizar os mercados, recompor as regras trabalhistas, restringir os gastos sociais e privatizar os serviços sociais públicos. Adiciona-se, ainda, em 1995 a presença da Organização Mundial do Comércio - OMC como expressão dos interesses comerciais, difundindo a educação dentro do setor de serviços comercializáveis.

No Brasil[2], os governos da década de noventa primaram por reformas do Estado e da Educação que buscaram imprimir princípios neoliberais na economia e na gestão pública. Adiciona-se, ainda, neste contexto, a participação política e expressiva da sociedade civil por meio de grupos, movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades científicas que adquiriram visibilidade tornando-se protagonistas e sujeitos ativos nas disputas de projetos. São grupos heterogêneos e plurais. Em suas ações explicitam suas propostas e exigem direitos sociais: habitação, previdência social,

[2] No Brasil, Fernando Collor de Melo (1990 a setembro 1992); Itamar Franco (1992 a 1993) e por dois mandatos Fernando Henrique Cardoso (1994 a 1998) e (1999 a 2002)e, Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006) e (2007-2010). Na França, François Miterrand (1981-1995) e Jacques Chirac, (1995-2007).

saúde, cultura, educação pública e lutam em defesa dos direitos humanos, ambientais e trabalhistas. Ao seu modo, reinventaram as formas de organização e recolocaram parte das reivindicações dos segmentos populares nos processos decisórios. Estes movimentos sociais evidenciam as perversas desigualdades sociais e regionais, as formas de discriminação, pobreza e exclusões socioeconômicas e, de muitos outros, sobrevivendo com menos de um dólar por mês[3].

Adiciona-se ainda, nesta conjuntura, as alterações no trabalho por meio da utilização das tecnologias, a velocidade e formas de transferência de registros, dados, documentos, imagens, símbolos, objetos, ideias, artefatos e utensílios adquiridos pela *Internet.* Pode-se dizer que as transformações em curso nas regiões, nos territórios, nos sistemas de comunicação, na administração das organizações modernas, estão impulsionando inúmeras mudanças na gestão do setor privado e público , em especial nas políticas de educação, e essas, estão entrelaçadas com políticas de tecnologias globais adotadas pelos governos nacionais.

Desse modo, essas transformações incidem sobre as prioridades políticas dos governos potencializadas pelas tecnologias e os acordos diplomáticos multilaterais cada vez mais interdependentes. Nesta trilha, estudos de Morante e Gómez (2006, p. 94) apontam que antes mesmo de todos terem direito à educação, os governos da Irlanda e Inglaterra, assumiram a educação obrigatória pública tal como outras mercadorias, a ser tratada, como um *cuasi mercado*[4], sob regras comerciais. Assim, vivemos uma era de intensas transformações em todas as áreas e, elas alcançam a todos, de distintas maneiras, por isso analisá-las tornou-se uma tarefa complexa e difícil. Mesmo assim, qualquer objeto de estudo em apreço, exige-se, ser situado nestas mudanças, em seu tempo, se quisermos compreendê-lo.

Por isso, há algum tempo, na docência e na orientação venho refletindo sobre as políticas das instituições multilaterais concretizadas nos tratados, acordos, protocolos, programas e declarações acordadas entre os países e suas expressões nas

---

[3] Mais de 1.400 milhões de seres humanos de países em vias de desenvolvimento vivem com menos de 1,4 US$. (Goergen, 2011); Relatório Educación encierra un tesoro (1993); Unesco (2005).

[4] C*uasi mercado*- trata-se de uma combinação de procedimentos burocráticos e administrativos e de mercado. Isto é a junção de *school choice*, financiamento público e competências na educação, em que países como Bélgica desde 1950 e Holanda para responder a um conflito filosófico e institucional entre as igrejas católica e protestante sobre a oferta e os conteúdos a serem ensinados na educação obrigatória. Em 1988 Inglaterra e País de Gales pela *Ley de Reforma Educativa, e 1990* a Suécia adotaram o modelo que no fundo transfere a ideia de regulação da qualidade para os pais ou clientes, isso não elimina o governo nem o financiamento estatal. Reforça as exigências da classe média que não quer pagar mais impostos, mas exige melhores serviços .(NORODOWSKI, 2002, p.218)

políticas de educação pública obrigatória do Brasil. A metodologia tem sido evidenciar como ocorre a configuração da política para a educação básica resultante de tratados e acordos internacionais transformada em políticas nacionais e alinhadas a decisões locais. Neste sentido, o texto a seguir analisa alguns documentos oficiais das agências e instituições multilaterais como: acordos, protocolos, conferências e tratados em que estão registrados a política a ser adotada pelos países membros, com a ressalva de que toda política pública resulta dos conflitos e disputas entre gestores do poder estatal e sujeitos da sociedade civil organizada. Problematiza algumas visões teóricas da denominada sociedade do conhecimento no contexto de intensificação das tecnologias, e como as contingências históricas reordenam e trazem alterações nas políticas de tecnologia e para a educação pública brasileira. Passemos então, à reflexão**.**

Cenários e visão dos teóricos sobre a sociedade do conhecimento

Para relembrar como viveram as civilizações, em Castells (1999, vol.1 p.34), o autor utilizou os "modos de desenvolvimento: agrário, industrial e informacional" para designar os procedimentos em que os trabalhadores atuam sobre a matéria prima para gerar produtos, culturas e bens. Segundo o autor, no início, agiam sobre a terra, depois, sobre o trabalho nas oficinas e indústrias, e agora, ano 2012, agregou-se outro fator de produção e reprodução do capital, o conhecimento.

Produzido por trabalhadores qualificados com alta formação intelectual, o conhecimento induz modificações nas relações sociais e de produção. Dessa maneira, o que diferencia uma fase da outra é a forma de utilização do fator de produção, no início, a terra, depois, o trabalho, e agora, atrelado a um grau de desenvolvimento tecnológico, o conhecimento. Nesse sentido, pode-se indagar: se estamos vivendo, ainda, numa sociedade capitalista, o que distingue um tempo de outros? Por que dizem que estamos vivendo na sociedade do conhecimento? O que mudou? Ainda que nas práticas e relações sociais apareçam sinais nublados, um dos elementos que distingue e demarca um período de outros, tem sido a forma e os instrumentos criados e inventados por homens e mulheres para se comunicar e se relacionar com o outro, para contar, medir e controlar o tempo. Isso mesmo! A maneira como utilizamos e controlam o tempo distingue um tempo de outro tempo.[5] As formas de medição do tempo caracterizam e distinguem as sociedades e as civilizações. Nesta direção, os estudos de

[5] THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, Tomaz. T. (org.) *Trabalho, Educação e Prática social*. Porto Alegre. Artes Médicas. 1991.

Fernand Braudel (1902-1985) elucidam, pois ao adicionar a longa duração trouxe para o debate histórico elementos de continuidade e de descontinuidade, além das mudanças sem rupturas e sem transformações. Deste modo, os inventos tecnológicos propiciaram outra forma de relacionar-se com o tempo. Abreviou e aumentou a velocidade na transferência de informações e comunicação de forma sem precedentes, e fizeram desta época, diferente das anteriores, trazendo consigo elementos de continuidades e descontinuidades.

Os sintomas e sinais de mudanças conjunturais estavam por vir[6], pois a semente havia sido lançada nas universidades num momento em que essas, primaram pela pesquisa científica e tecnológica, inventavam, criaram objetos e disponibilizaram formas de comunicação e distribuição das informações numa velocidade ímpar. Então, se a conjuntura apresentava os sinais de mudanças, em que direção eles ocorriam? Por que o conhecimento tornou-se um dos eixos estruturantes das relações econômicas e sociais? Que premissas estão subjacentes na expressão sociedade do conhecimento? Quais são os sinais e traços decisivos, se a sociedade que ainda vivemos, é a capitalista? Situemos a reflexão no modo de vida, de produção dos bens materiais e culturais e de distribuição da riqueza produzida. Esses elementos instituem e recompõem formas de organização social, política, jurídica e ideológica na sociedade capitalista, desigual e de classes.

Nesta senda, estudos realizados por sociólogos apontam as transformações que ocorreram desde os anos 1960,[7] e, entre eles Bell (1977. p. 538) assinalava existir a) uma mudança, de uma economia de produção de bens, para uma de serviços; b) a preeminência de profissionais técnicos; c) a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade; d) o controle da tecnologia e sua distribuição; e) a criação de grupo de profissionais intelectuais capaz de se relacionar e de se comunicar evidenciou mudanças decisivas.

> Tal circunstância, que já se mostra aparente na mudança da educação superior da fase de elite para a de massa, se torna mais evidente ainda no estágio transicional, da fase de massa para a da educação superior universal, em que o desenvolvimento

[6] Em 1946 o primeiro computador da história, o ENIAC, é concluído na Universidade da Pensilvânia, após três anos de trabalho ocupava uma área de 92m2; em 1962 o investigador Paul Baran desenvolveu o projeto de um sistema de comunicação, em rede, ativo em caso de ataque nuclear, bem como os conceitos da futura internet, embora a ideia fosse recusada pelo Pentágono (DUJO, ARAUJO e SILVA, 2009, p. 322.) Também durante a 2ª. guerra surge o *think tank* ou reservatório de ideias que aglutina engenheiros, cientistas, em 1946 a Força Aérea Americana de Santa Monica - Califórnia criou o Rand (Reseaach And Development Corporation) um centro de pesquisas e berço das análises de sistemas,(MATTELART, 2001, p.61).

[7] KARSTEN (2006) SENE (2008) CASTELLS (1999).

> não é mais simplesmente orientado para uma evolução linear, mas impõe também conflitos entre quantidade e qualidade, que são corolários implícitos no desenvolvimento quantitativo de massificação. (ARIMOTO. 2005.p. 186).

Alguns sinais políticos decorriam de acordos e tratados assinados entre os países: Alemanha, Itália, França, Bélgica e Países Baixos quando decidiram proteger o carvão e o aço como estratégicos e símbolos de poder . Em 1957, no Tratado de Roma, criou-se a Comunidade Econômica Europeia – CEE e inaugurou-se outras formas de defesa dos mercados europeus, entre eles a integração e livre circulação de mercadorias e de pessoas formando um bloco livre. Nos anos setenta chegou à exaustão a era de ouro do capital Hobsbawm (2002) e, aos conflitos políticos e bélicos juntaram-se a crise dos países produtores de petróleo (1973) trazendo à tona os limites daquele protocolo político e a necessidade de estratégia que aproximassem os governos dos países desenvolvidos. Neste ínterim, a pesquisa científica e as inovações tecnológicas na universidade e nos centros de investigação adquiriram centralidade a ponto de servirem de moeda política dos governos nacionais nas negociações. Neste jogo político os acordos bilaterais e multilaterais reagruparam os países capitalistas, e esses, passaram a contar com a capacidade de intervenção de duas instituições: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial nas negociações de seus interesses, mesmo que estivessem distante de suas fronteiras territoriais.

De fato, foi nesse contexto internacional que emergiu a expressão sociedade do conhecimento, entre 1959 e 1969, cunhada pelo austríaco Peter F. Drucker quando na sua experiência e estudos sobre a administração moderna diagnosticou nova tendência na estrutura econômica e social em que o conhecimento substituía o trabalho, as matérias primas e o capital como fonte de produtividade (KARSTEN, 2006). Em 1973 Daniel Bell trouxe os estudos da sociedade pós-industrial e diagnosticou a transição de uma economia baseada em produtos para outra fincada nos serviços, informação e comunicação, exigindo profissionais tecnicamente qualificados. De uma economia centrada na indústria passava-se para uma outra em que os trabalhadores se concentravam mais nos serviços, ideias e na comunicação (HARGREAVES, 2003, p. 25). Nesta mesma direção Karsten afirmou que na sociedade o conhecimento teórico

> se ha convertido, según este enfoque, en la fuente principal de innovación y el punto de partida de los programas políticos y sociales. Este tipo de sociedad está orientado hacía el progreso tecnológico y la evaluación de la tecnología y se caracteriza por la creación de una nueva tecnología intelectual como base de los procesos de decisión (KARSTEN, 2006, p.10).

Também em 1990, Castells (1999) construiu o conceito de sociedade em rede, distinguindo a informação da comunicação, ambas fundamentais na sociedade informacional adquiriam forma específica e singular de organização social para produção, processamento e transmissão por meios tecnológicos que se converteram em fontes fundamentais de produtividade e poder.

> "Por lo tanto, la capacidad innovadora es constitutiva para la 'sociedad de conocimiento'. Solamente se puede hablar de una sociedad de conocimiento, cuando las estructuras y procesos de la reproducción material y simbólica de una sociedad están tan impregnadas de operaciones basadas en conocimiento, que el tratamiento de información, el análisis simbólico y los sistemas expertos se convierten en dominante respecto a los otros factores de re-producción. Otro requisito imprescindible de la 'sociedad del conocimiento' es que el conocimiento en general y el conocimiento de los expertos en particular sean sometidos a un proceso de revisión continua convirtiendo de esta forma la innovación en un componente cotidiano del trabajo basado en conocimiento (KARSTEN , 2006, p.6)".

Outro sociólogo, Nico Stehr (2000), ressaltou a fragilidade do conhecimento moderno e argumentou que os avanços tecnológicos geram muitas incertezas e ao mesmo tempo, potencialidades e fragilidades dos mercados econômicos e comerciais. Afirmou ainda que maior conhecimento produz também maior desconhecimento. E esse desequilíbrio entre o conhecimento e desconhecimento produz uma erosão nas estruturas reguladoras e desenvolve novas formas de regulação do Estado sobre as pessoas. E prossegue " considero que a ciência não apenas se esforça para compreender o mundo, no sentido de desenvolver modelos de realidade, mas também no sentido prático, está interessada em como realizar as coisas tornando-se assim o modelo de realidade "(2008, p.223).

Mais contundente, o filósofo nascido em Viena, André Gorz (1923-2007), assinalou que não se deve falar de sociedade do conhecimento, e sim de capitalismo do conhecimento, que pretende converter o conhecimento em uma forma de capital imaterial e, portanto, propriedade privada das empresas e dos empresários. Dizia Gorz (2001) só haverá um passo decisivo quando o conhecimento deixar de ser dos expertos e se converter em um elemento da cultura, do desenvolvimento das capacidades, das competências e da melhoria das relações humanas.

Adiciona-se ainda, os estudos Hargreaves (2003, p.28) que o levaram a afirmar que a sociedade do conhecimento tem três dimensões: a primeira, compreende uma esfera educativa, técnica e científica ampliada; a segunda, adoção de complexos processos de circulação de conhecimento e informação em uma economia baseada em

serviços; e terceiro, arrasta mudanças básicas no modo de funcionamento das empresas e organizações a fim de promover inovação contínua de produtos e serviços, mediante a criação de sistemas, equipes e culturas que elevam ao máximo as oportunidades para aprendizagem mútua e espontânea.

De fato, cada vez mais, no capitalismo, as crises tornaram-se cíclicas e inovam os subterfúgios de exploração social. Desta vez, junto com a crise de 1990 acentuaram os sinais de que se estava diante de outro ciclo econômico impulsionado por ações dos governos neoconservadores, pelas prescrições dos acordos e protocolos das instituições financeiras multilaterais, pelas ações dos banqueiros e conglomerados industriais e pelas fusões ocorridas entre empresas transnacionais. Além disso, ocorria uma disputa pela redefinição do *lócus de inteligência*, nesse caso, a universidade e os centros de pesquisa científica e tecnológica, como guardiões do conhecimento científico traduzido em patentes e potência de cada país.

> A universidade é por natureza uma associação baseada no conhecimento, uma organização cujo alicerce é o conhecimento. Hoje, contudo, a sociedade em geral está se transformando, em ritmo crescente, numa associação baseada no conhecimento. Uma das expressões-chave utilizadas é a noção da sociedade com base no conhecimento. Pode-se tentar fazer analiticamente uma distinção entre o que eu defino como "sociedade baseada no conhecimento 1"e como "sociedade baseada no conhecimento 2". A primeira expressão refere-se ao empreendimento acadêmico, cujo principal propósito é o desenvolvimento do conhecimento; a segunda diz respeito à sociedade como um todo, que inclui cada vez mais as atividades acadêmicas no âmbito de suas funções e papéis (ARIMOTO.2005.p.187).

Nesse sentido, muitas mudanças no mundo do trabalho também estão em curso evidenciando as contradições e ambiguidades. De uma parte, houve uma redução de postos de trabalho, e ao mesmo tempo, houve uma procura por trabalhadores muito qualificados para seletos postos de trabalho com exigências de competências e habilidades em consonância com as múltiplas tecnologias. De outra parte, dos trabalhadores passou-se a exigir a empregabilidade, significa estar em condições para vencer as constantes crises cíclicas. Adiciona ainda, *pari passu* as ações e investidas dos governos conservadores - *la nueva derecha*- convictos das promessas de fé no livre mercado, da racionalização do Estado e dispostos a imprimir nas questões educacionais o princípio de um *cuasi mercado* sinal ímpar de um reordenamento entre as políticas de tecnologia e políticas de educação básica[8].

[8] NOGUEIRA, Danielle , X. P**. Programa TV Escola: um olhar crítico sobre suas múltiplas relações**. Brasília. Faculdade de Educação. Tese de Doutorado. PPGE/FE 2012.

Circunstâncias históricas possibilitam rearticulações políticas entre países

As descobertas científicas e inovações tecnológicas advindas dos cientistas, e especialistas sustentaram as ações dos governos neoconservadores de tal sorte que as invenções foram traduzidas em força política de decisão. Suas ações, acordos e tratados entre os países foram conduzidos pela capacidade tecnológica e de ganhos que ela traria aos governos. A isso adiciona-se, ainda equipamentos de utilização em larga escala, modificando costumes, relações sociais, hábitos e rotinas. Logo, algumas atividades e a forma de comunicação propiciaram práticas e experiências diferentes das anteriores, exigindo saberes, códigos linguísticos, símbolos, equipamentos que pareciam selar os sentidos consignados na expressão de sociedade do conhecimento. A sensação de estar vivendo outro tipo de sociedade e isso encobria os refinados meios de exploração dos trabalhadores. Ressaltam-se, ainda, as seguintes circunstâncias históricas e políticas:

a) **Circunstâncias políticas e econômicas** – desde 1973 um outro ciclo econômico despontava quando as economias nacionais foram sacudidas e empurradas pelos constantes cíclicos de desequilíbrios: inflação, desemprego, salários reduzidos e subsídios entremeados com políticas compensatórias. Também nos anos 1990, uma parte dos países se inclinou para políticas de ajuste estrutural de corte neoliberal em consonância com as ações dos governos neoconservadores. Em alguns casos houve mudanças constitucionais, alterando o tempo de mandato dos governos com vistas à continuidade de aplicação de tais políticas.

b) **Circunstâncias tecnológicas e cibernéticas** – os governos nacionais no afã de evidenciar o poder bélico, econômico e político puseram centralidade no desenvolvimento científico e tecnológico em setores prioritários, e deles, resultaram inventos reconhecidos, disseminados e ranqueados nos indicadores de descobertas científicas dos países. Em pouco tempo, o conhecimento produzido nas universidades e centros de pesquisa foi traduzido em novos instrumentos de comunicação, equipamentos, objetos, imagens, sons e sinais produzidos, vendidos e disponibilizados, exigindo das pessoas e das instituições sociais dominar ferramentas e outros saberes para se relacionar.

c) **Circunstâncias culturais e sociais -** em aceleração está o movimento transnacional em defesa dos direitos humanos, que soma-se a outros movimentos sociais contínuos que se entrelaçaram com outras culturas adquirindo visibilidade. Os movimentos sociais e as redes sociais possibilitaram, desconstruíram e reconstruíram modos e maneiras de fazer e de pensar. Na luta por direitos esses grupos aprenderam a se organizar e, na heterogeneidade, viram a sua força e se apresentaram aos governos e ao parlamento com suas propostas e reivindicações.

d) **Circunstâncias educacionais** - cada vez mais exige-se educação e formação combinadas com requisitos da economia e dos serviços. As

estatísticas apresentam desigualdades sociais e pobreza crônicas, de modo que a educação como um direito de todos passou a ser declarada e defendida pelos dirigentes como instrumento para aliviar a pobreza e habilitar o individuo para a empregabilidade. E mais, o aprender a aprender ao longo da vida tornou-se um princípio incontestável, mas cada instituição agrega a ele o significado que lhe convém. Mesmo assim, os movimentos sociais passaram a disputar no Parlamento suas propostas para a educação pública como um direito humano e social de todos, dever e financiamento estatal inalienáveis.

e) **Circunstâncias ambientais** – a degradação ambiental sem limites no campo e nas cidades fez-se visível e a necessidade de adquirir novos hábitos, comportamentos, novas culturas sobre o uso da água, lixo, gás carbono, seca e/ou excesso de chuvas implicam na adesão a outras rotinas, posturas e práticas ambientais que ultrapassam fronteiras.

f) **Circunstâncias jurídicas e trabalhistas** – os ciclos de crises sofisticaram os meios de exploração e exclusão. E para sobreviver puseram em marcha uma avalanche de questões sobre as conquistas e direitos dos trabalhadores. Governos e empresários combatem/ reduzem os direitos trabalhistas, fizeram reformas, mudaram os contratos de trabalho, e cunharam a expressão empregabilidade para atribuir ao cidadão o fracasso ou inapetência para competências e habilidades exigidas. Ao redor dessas questões tensões, acordos, conflitos com a subtração de direitos, subemprego, trabalho precarizado, e muito intensificado redesenharam o mundo do trabalho em vários países. As medidas e instrumentos de proteção social não protegem, mascaram a exploração.

Ao unir as pontas de um modelo de crescimento econômico fincado na reprodução do capital com as circunstâncias advindas das tecnologias, os governos semeiam ilusões de que se vive na sociedade do conhecimento prescindindo-se das contradições que emergem própria tecnologia, da propriedade privada e do trabalho como elementos interligados e estruturantes das relações na sociedade capitalista.

***

Portanto, com estas circunstâncias históricas estruturantes, a partir dos anos noventa do século vinte, ocorreram ciclos de crises econômicas: Ásia (1997), México (1997), Argentina (2002), Espanha (2008) e as tormentas nos Estados Unidos (2010), em Portugal, Espanha e Grécia (2011 e 2012), e em paralelo com as crises houve uma explosão das tecnologias da informação e comunicação. Tal fato passou a demandar trabalhadores qualificados, cujo instrumento de trabalho é o conhecimento. Ainda que sendo significativas, essas novas tecnologias geraram alterações de forma gradual nos países, num misto de deslumbre e fascínio, incertezas e exclusões. A intensidade das

crises, a invenção das redes sociais e as manifestações em praças públicas pressionaram os governos a imprimir medidas de contenção de desequilíbrios e equacionamentos das políticas sociais.

Nos anos noventa os governos neoconservadores realizaram em 1989 o Consenso de Washington e estabeleceram políticas de ajuste estruturais, liberação de mercados e restrições para as políticas sociais. Ao mesmo tempo, houve uma sequência de reuniões com governos e ministros de Estado da área Econômica e Planejamento em Davos-Suíça para reordenar e imprimir rumos para suas economias, criar mecanismos para a segurança do capital e favorecer a circulação de mercadorias e de pessoas, impulsionando outras bases econômicas. Adicionam-se também a partir de 1998 as reuniões com chefes de Estado e ministros da Educação dos países-membros da União Europeia com o propósito de adotar medidas que alinham educação e formação às premissas de modelo de crescimento econômico, num difícil equilíbrio entre conceber a educação um bem público ou inseri-la como um serviço comercial (GUADILHA, 2004).

Também neste contexto realizou-se em Porto Alegre, em 1996, o *"Fórum Mundial: um outro mundo é possível"* um encontro e uma resposta dos membros da sociedade civil aglutinada em grupos, associações e movimentos sociais, à ausência de limites para o capital e indignados com o aumento das formas de produzir a miséria, pobreza e destruição do meio ambiente. Soma-se, ainda, as manifestações populares de Seattle (2002), Grécia, Portugal e Espanha (2011 e 2012), em que evidenciam as condições de exploração humana, desemprego e questões ambientais, juntamente com a insuficiência dos acordos, protocolos e convenções nas questões sociais.

De fato, nesse cenário geopolítico internacional perpassado pelas inovações tecnológicas que culminaram na in*ternet*, modificaram as formas de gerar, produzir, utilizar, circular e disponibilizar as informações e de se comunicar. A invenção da *internet*[9] foi, de fato, algo inovador, pois acelerou a necessidade do trabalhador de ter conhecimentos novos, códigos de linguagens e domínio de equipamentos e objetos imprescindíveis para a realização do trabalho. Também é verdade que, cada época cria e

[9] Em 1969 ocorreu a criação ARPANET computadores de quatro universidades norte-americanas são interconectados e, em 1971, a ARPANET ligava universidades da costa oeste a entidades da costa leste., Em 1972 foi apresentada a outros países e inicia uma rede internacional. A palavra internet é inventada, resultando da contração internacional networking, em 1975 surge o primeiro computador pessoal- o Altair- que não possuía teclado. Em 1991 a ARPANET chega ao fim e Tim Berners-Lee lança a w*ord wide web, o protocolo que permitirá a massificação da internet.* (DUJO, ARAÚJO e SILVA, 2009, p. 323)

inventa suas ferramentas, inaugura sistemas, redes e formas de comunicação e de trabalho. Velhas estruturas passam a conviver com o novo, juntas. Assim, passaram a conviver as formas tradicionais de trabalho nas empresas e indústrias com as novas relações decorrentes do novo. Emergiram formas de trabalho no setor de serviços decorrentes do uso de equipamentos, neste caso, as tecnologias de informação e comunicação -TIC, e outras exigências das instituições formadoras destes profissionais.

Notas e considerações

Nesta análise procurou-se analisar as circunstâncias históricas e políticas advindas das articulações políticas e forjadas depois da 2ª.Guerra Mundial em que os governos neoconservadores priorizaram, na universidade e nos centros de pesquisa científica e tecnológica, a busca de equipamentos potencializadores de comunicação rápida entre os países. E para recompor os níveis de rendimentos, depois de cada ciclo de crises, os governos imprimem um reordenamento político e econômico capaz de preservar os seus interesses dentro e fora de seus territórios. Esta situação torna-se visível a partir de 1990 em diante quando os governos neoconservadores insistiam nas descobertas científicas e tecnológicas que potencializassem seu poder de negociações junto a outros países e credores. Prescreveram medidas neoliberais, de privatização e de racionalização do Estado com a finalidade de subordinar as políticas sociais aos desígnios da economia financeira. Mesmo assim, o desenvolvimento científico e tecnológico em aceleração não inibiu os ciclos de crises econômicas constantes; tão pouco significou o encurtamento das desigualdades entre abastados e aqueles que são empurrados para o empobrecimento e/ou lançados para a exclusão social nos países.

Também é verdade que as mudanças conduzidas pela *internet* permitiram uma organização social em rede virtual, velocidade e disponibilização de informações para milhares de pessoas e instituições, outros milhares sofrem a tripla exclusão: econômica, digital e educacional. De uma parcela da população passou-se a demandar educação e formação consoantes com a empregabilidade e competências que auxiliem o indivíduo a superar as crises; de outra parcela estimula-se o consumo de objetos, sempre descartáveis e, de outra ainda, com alguns arremedos, espalha-se a sensação de que “estamos melhorando”. Os inventos científicos e tecnológicos criado e inventado não apagaram das divisões, elas continuam. E mais, o progresso tecnológico não é sinônimo de distribuição da riqueza, ao contrário, ele coexiste com a propriedade privada, exploração dos trabalhadores e políticas sociais restritivas, são elementos estruturantes da reprodução constante do capital. Há em curso uma exponencial

aceleração das tecnologias, artifício dos governos que transformam o capital científico/patentes em capital político para se fortalecer e reordenar políticas supranacionais. Ainda na direção das tecnologias as contradições reluzem. As redes sociais servem de espaço mobilizador, aglutinador das reivindicações dos excluídos ao dar visibilidade as formas de exclusões, desemprego, empobrecimento e ausência do direito à educação.

Portanto, o reordenamento político se faz: a) sob a liderança dos Estados Unidos ao conduzir um modelo econômico que propicie segurança para o capital e para seus investidores; b) sob acordos e protocolos políticos gerenciados pela União Europeia para atenuar desajustes econômicos; c) sob metas e indicadores propostos pelos governos em Davos-Suíça; d) sob a pressões e mobilização de associações, grupos, sindicatos e movimentos sociais em redes confrontam as políticas e reivindicam direitos; e e) sob a pressão dos empresários da tecnologia para abertura de mercados de consumo, ao tempo em que, os equipamentos logo se tornam obsoletos.

Referências

ARIMOTO, Akira. Observações sobre o relacionamento entre a função do conhecimento e o papel da universidade. In: UNESCO. *Sociedade de conhecimento versus economia do conhecimento: conhecimento, poder e política*. Brasília, Unesco, Sesi p.177-207, 2005.

BELL, Daniel. *O advento da Sociedade pós-industrial.* São Paulo, Cultrix, 1977.

CASTELLS, Manoel. *A sociedade em Rede.* São Paulo, Paz e Terra, vol. 1. 1999.

CROZIER, Michel. Atores, organizações e sistema em busca de mudanças. In: UNESCO *Sociedade de conhecimento versus economia do conhecimento: conhecimento, poder e política*. Brasília, Sesi, Unesco, p. 143-154, 2005.

DUARTE, Newton As pedagogias do " aprender a aprender" e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. *Revista Brasileira de Educação*. N. 18, p.35-40, 2001.

DUJO, Angel del; ARAUJO, Alberto, F. R. e SILVA, Armando, M. Educação sem territórios? Presença e função do imaginário no discurso educativo da sociedade da informação. In: DUJO, Angel del; BOAVIDA, João J. M; BENTO, Virgilio (orgs) *Educação e reconfiguração e limites das suas fronteiras.* Portugal, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos. Vol.14, p.322, 2009.

DUJO, Angel del; BOAVIDA, João José M; BENTO, Virgilio (orgs) *Educação: reconfiguração e limites das suas fronteiras.* Portugal, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos. Vol.14, p.322, 2009.

GUADILHA, Carmen G. *El difícil equilíbrio: La educación superior como un bien público y comercio de servicios.* Cuenca, Castilha, 2004.

GOERGEN, Pedro. L. *A educação superior: da performática à pertinência crítica.* In: Seminário CEDES sobre a CONAE, Campinas, Unicamp, 2011.

HARGREAVES, Andy. *Ensenar en la sociedad del conocimiento*. Barcelona, Ediciones Octaedro. 2003. (p.25)

HOBSBAWM . E. *A era dos Extremos*. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2002.

KARSTEN, Kruger El concepto de sociedad del conocimiento In: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* Universidad de Barcelona Vol. XI, nº 683, 2006.

MATTELART, Armand *História da sociedade da informação*. São Paulo. Edições Loyola. 2001.

MORANTE, Jesús, R. e GÓMEZ, Alberto L. Reestruturación de los sistemas educativos y cambios en La formación inicial Del profesorado. Algunas reflexiones a partir do caso inglés. In: ESCUDERO, Juan, M. e GÓMEZ, Alberto L. *La formación del profesorado y la mejora de la educación.* Espanha, Octaedro, p. 83-122, 2006.

NOGUEIRA, Danielle , X. P**.** *Programa TV Escola: um olhar crítico sobre suas múltiplas relações*. Brasília. Tese de Doutorado. 2012.

NORODOWISK, Mariano. *Nuevas tendências em políticas educativas: Estado, mercado e escola*. Argentina Granica Ediciones.2002.

SENE, José Eustáquio. *Sociedade do Conhecimento e reformas educacionais.* X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona 2008. Acesso 17 de marco de 2011.

STEHR, Nico A liberdade é filha do conhecimento. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. Vol.20, n.2, p.223-234.2008.

STEHR, Nico. Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol. 15, n. 42, p.101-112. 2000.

THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, Tomaz. T. (org.) *Trabalho Educação e Prática social*. Porto Alegre. Artes Médicas. 1991.

UNESCO. Hacia las sociedades del conocimiento. Unesco. Madrid. 2005.

----------. Relatório La educación encierra un tesoro, Madrid, Santilhana.1993.

ZELEZA, Taymbe, P. Conhecimento, globalização e hegemonia: a produção do conhecimento para o século XXI. In. UNESCO. *Sociedade de conhecimento versus economia de conhecimento: conhecimento, poder e política*. Brasília: Unesco, p.19-43, 2005.